

A FORMAÇÃO E A CONVERSÃO DE GRUPOS DE AGRICULTORES AGROECOLÓGICOS NO ALTO URUGUAI CATARINENSE E GAÚCHO¹

Matilde das Graças Soares Schenkel²; José Antônio Costabeber³; Paulo Roberto da Silveira⁴; Cladecir Alberto Schenkel⁵.

PALAVRAS-CHAVE: formação; conversão; agroecologia.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura entender a importância da formação, política e técnica, dos membros de três grupos de agricultores agroecológicos do Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho e a transição de práticas agrícolas convencionais para as, assim chamadas por Caporal e Costabeber (2002b), práticas de “agricultura de base ecológica”.

As três associações de agricultores focos de análise são atendidas pelo Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor – CAPA, com sede em Erechim – RS, e são as seguintes: a Associação de Pequenos Agricultores de 25 de Julho de Passo do Uvá, composta por 10 (dez) famílias, situada no município de Itá - SC; a Associação dos Pequenos Agricultores de Rancho Grande - APARG, que possui 13 (treze) famílias sócias, situada em Concórdia - SC; e a Associação de Agricultores Familiares Agroecológicos - AAFA, com 5 (cinco) famílias, localizada em Barra do Rio Azul - RS.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

¹ Trabalho extraído da pesquisa de dissertação de mestrado “Do convencional ao agroecológico: entendendo a transição em grupos de agricultores assistidos pelo CAPA no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho”, de autoria de Matilde das Graças Soares Schenkel, sob orientação do Dr. José Antônio Costabeber, defendida junto ao CPGExR/UFSM em julho de 2003; foram co-orientadores: Cladecir Alberto Schenkel e Paulo Roberto da Silveira.

² Ms. em Extensão Rural (UFSM) e Técnico Administrativo da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - SC. Endereço: Rua Leandro Mário Dalla Costa, 71 casa 12 Bairro Imigrantes - Concórdia SC – CEP 89.700-000. E-mail: matilde@eaaf.edu.br e/ou matildeschenkel@bol.com.br.

³ Dr. Pelo “Programa de Agroecologia, Campesinato e História”, ISEC/ETSIAM, Universidad de Córdoba (Espanha) e Supervisor Regional da EMATER/RS. Endereço: Rua Botafogo, n. 1051, Bairro Menino Deus – Porto Alegre RS – CEP 90.150-053. E-mail: costabeber@emater.tche.br.

⁴ Ms. em Extensão Rural (UFSM), Professor do curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria/RS. Endereço: Rua Frederico Varaschini, n. 641, Santa Maria RS – CEP 97.015-650. E-mail: rs071773@via-rs.net.

⁵ Ms. em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), Professor da Universidade do Contestado, *Campus* de Concórdia. Endereço: Rua Leandro Mário Dalla Costa, 71 casa 12 Bairro Imigrantes - Concórdia SC – CEP 89.700-000. E-mail: schenkel@uncnet.br.

Inicialmente foi efetuado um levantamento bibliográfico referente ao tema proposto e, num segundo momento, o trabalho de campo, com a coleta de informações junto às vinte e oito famílias de agricultores das associações e junto aos técnicos do CAPA.

As entrevistas com os agricultores foram realizadas em janeiro e fevereiro de 2002, na propriedade do(a) associado(a), com a presença de toda a família. Foram utilizados um roteiro e um gravador, sendo permitido aos agricultores utilizarem o tempo que fosse necessário para elaborar suas respostas e contar suas “histórias”. Tal roteiro versou sobre a transição do “convencional” para o “agroecológico”, objetivando conhecer a origem e as razões do processo de transição, as expectativas com relação ao ecológico, quais entidades influenciaram para as mudanças, além de procurar esclarecer os motivos, as razões, as vantagens e desvantagens da organização coletiva.

As entrevistas com os técnicos/assessores do CAPA, foi realizada em março de 2002, na sede do CAPA, em Erechim - RS, com três deles, utilizando um roteiro e gravador. O tempo para a coleta de informações ficou livre, cabendo a cada entrevistado decidir quando era hora de parar ou quando o tema em questão já estivesse esgotado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As agriculturas de base ecológica tiveram origem em duas ciências, a agronomia e a ecologia. A partir de 1950, com o amadurecimento do conceito de ecossistema, o interesse pela ecologia foi incorporado à pauta de interesse dos pesquisadores. Na década de 1970, muitos ecologistas passaram a valorizar mais os sistemas agrícolas como áreas legítimas de estudo e um maior número de agrônomos percebeu o valor da perspectiva ecológica para a produção agrícola (GLIESSMAN, 2001).

São considerados princípios básicos de agriculturas de base ecológica: o entendimento holístico da agricultura; o processo de pesquisa inter e multidisciplinar, elaborado com a participação dos agricultores; a observância das relações de equilíbrio e harmonia homem-natureza; o solo compreendido como um organismo vivo e dinâmico; a nutrição do solo e não da planta; a agricultura auto-sustentável. Em todas as suas vertentes, há um objetivo em comum, que é desenvolver uma agricultura ecologicamente equilibrada, socialmente justa e economicamente viável (BONILLA, 1992).

As agriculturas de base ecológica aparecem, simultaneamente, como desdobramento da intensificação dos movimentos sociais de cunho político e ecológico, representando um modo de fazer agricultura, uma bandeira de luta e um modo de vida

(BALEM & SILVEIRA, 2002; CENTRO VIANEI, 2001; e outros); bem como, do aprofundamento dos estudos científicos, originando um conjunto de conhecimentos reunidos sob o entendimento da agroecologia enquanto ciência (EHLERS, 1999; GLIESSMAN, 2001; ALTIERI, 2001; ALTIERI, 2002; CAPORAL & COSTABEBER, 2002a).

Numa perspectiva agroecológica, a transição, conforme Costabeber (1998), assume um caráter multidisciplinar e está pautada nas necessidades e potencialidades locais, onde ao agricultor cabe o papel de sujeito ativo na determinação e construção de suas opções futuras. Argumenta ainda sobre a necessidade de buscar políticas públicas, de pesquisa e de extensão adequadas a agroecologização.

É preciso salientar que não é fácil, nem rápida, a transição de agricultores “convencionais” para agricultores “agroecológicos”. Interessante ressaltar que muitos agricultores nunca trilharam pelos caminhos da agricultura chamada moderna, seja por convicção, seja por exclusão, os quais, hoje constituem rica fonte de estudo e de conhecimento, pois não sofreram erosão cultural (BIANCHINI, 2000), nem a poluição ambiental em suas unidades (GÖTSCH, 1995; MORIN, 2000).

Além disso, a transição agroecológica é constituída de processos de mudança social e, como tal, não comporta visões unidirecionais e estáticas da realidade. Além do aspecto técnico e econômico, estão presentes nestes processos outras dimensões, de ordem social, política, ecológica, ética e cultural. Dimensões estas que nem sempre estão em equilíbrio entre si, mas em constante movimento e conflitos.

Observou-se, na pesquisa de campo, que a opção dos agricultores por iniciar processos de transição agroecológica tem razões tanto de natureza econômica, como de natureza social e ambiental, visando ampliar as oportunidades de reprodução social e de qualidade de vida das famílias envolvidas, bem como, de preservação dos recursos naturais presentes nas respectivas propriedades rurais.

Observou-se ainda a presença do setor público e, principalmente, de algumas Organizações Não Governamentais assessorando os grupos de agricultores ecológicos da região, onde a agroecologia vêm encontrando alguns importantes espaços. Dentre tais organizações, destaca-se o CAPA.

As motivações destacadas pelos agricultores para realizar a conversão foram várias. Uma delas trata do projeto familiar que, embora vise garantir condições de sobrevivência e reprodução social, engloba também a realização de outros valores, de cunho social, cultural e ideológico. Outra, da preservação do capital social, que teria “facilitado” o processo de organização dos agricultores. Outra, que tal processo foi favorecido pelo

intercâmbio de experiências e conhecimentos entre os agricultores e entre técnicos e agricultores, cabendo papel central às assessorias envolvidas. Outra, refere-se a constante busca pela formação social, política e técnica dos envolvidos. Outra, a consciência dos problemas de poluição e de intoxicação com o uso de agroquímicos.

Além das motivações acima expostas, outros aspectos foram destacados: a) a formação, o conhecimento, proporcionado ou elucidado por agentes externos aos grupos; b) o fator econômico, por diminuir os gastos com insumos externos e a dependência; c) o trabalho, cujo ritmo e intensidade não mais é controlado por empresas externas e sim pelo próprio agricultor; d) a recuperação do solo; e) por fim, porque, concordando com Sen (1999), sentem-se mais livres, por que conhecem, sabem melhor buscar as informações e praticam a cidadania.

Cabe dizer que foi constatado que a participação nas associações, nas feiras, nas agroindústrias e demais atividades de formação e produção, promoveu uma revalorização da função e da identidade do agricultor, recuperou a auto-estima e intensificou as relações sociais, contribuindo significativamente com o processo de transição.

Por fim, vale ressaltar que as ações do CAPA são planejadas a partir de uma análise da realidade local, orientado-se pelos seguintes princípios e estratégias: tratamento de choque; promoção da formação social, política e técnica; a promoção da participação efetiva dos agricultores nas ações e nas decisões; o resgate e a valorização da história local, na perspectiva da construção de sujeitos políticos e sociais; a promoção da Agroecologia, a partir da realidade, dos problemas e desafios diagnosticados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: A dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 3 ed, Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 2001.

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Guaíba: Agropecuária, 2002.

BALEM, Tatiana A.; SILVEIRA, Paulo R. Agroecologia: além de uma ciência, um modo de vida e uma política pública. **Anais do V Simpósio IESA/SBSP**, Florianópolis, 2002. CD-ROM.

BIANCHINI, Valter. Políticas públicas para a agricultura familiar: desenvolvimento local rural sustentável. **Deser**. Curitiba, 2000. Seção Publicações. Disponível em <<http://www.deser.org.br/publicacoes.asp>>. Acesso em 07/01/2003.

BONILLA, J. A. **Fundamentos da Agricultura Ecológica**: Sobrevivências e Qualidade de Vida. São Paulo: Nobel, 1992.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Agroecologia: enfoque científico e estratégico.

Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, v.3, n.2, p.13-16, abr./jun. 2002a.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. Análise multidimensional da sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da Agroecologia. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v.3, n.3, p.70-85, jul./set. 2002b.

CENTRO VIANEI. **Terra Solidária**: Caderno 10. Cut, 2001.

COSTABEBER, José Antônio. **Acción colectiva y procesos de transición agroecológica en Rio Grande do Sul, Brasil**. Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998 (Tesis Doctoral).

EHLERS, Eduardo. **Agricultura sustentável**: origens e perspectivas de um novo paradigma. Florianópolis:UFSC, Livros da terra, 1996.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecologia**: Processos ecológicos em agricultura sustentável. 2ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2001.

GÖTSCH, Ernst, **Homem e natureza**: cultura na agricultura. Recife: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO AGROECOLÓGICO SABIÁ, 1995.

MORIN, Edgar. **Saberes Globais e Saberes locais**: o olhar transdisciplinar. Rio de Janeiro: Garamond, 2000 (participação de Marcos Terena).

SCHENKEL, Matilde G. Soares. **Do Convencional ao Agroecológico**: entendendo a transição em grupos de agricultores assistidos pelo CAPA no Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho. Dissertação (CPGExR/UFSM), Santa Maria, 2003.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 1999.